

Ata de reunião ordinária do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência do município de Mogi das Cruzes (CGC)

Aos 08 de abril de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se na sala de música do DEPED (CEMFORPE) a partir das 8h30 da manhã: Rosângela Vergara (SME), Antônio Ferreira da Silva Júnior (SMEL), Karina Sobral de Melo (CriaMundo/Semas), Ana Maria Brigido Lintz (Comitê de Enfrentamento à Violência/SMS), Miriam de Sousa Camargo (Pró-Escolar/SME), Paola (CT - centro), Samara (CT - César de Souza), Cláudia (CT - Jundiapéba), Elaine (CT - Brás Cubas). Rosângela iniciou a reunião trazendo a pauta 1, para ciência dos membros do Comitê sobre atuação dentro da Secretaria da Educação como representante neste Comitê e que, diante da nova gestão, o Busca Ativa saiu da Supervisão Escolar para ingressar na Equipe da Divisão de Legislação, Normas e Regulação - DLNR, pelo entendimento da secretária de que a comunicação do Busca Ativa é intersetorial e está propriamente ligada aos atos de ordem jurídica e não pelo ato pedagógico em si. Informa ainda que solicitou o desligamento dos Conselhos – COMAS, CMPAD, Comitê POP RUA e NUMEP, para dedicar-se com qualidade aos outros compromissos como no CMDCA (suplente), CME, PSE, Busca Ativa e o CGC. Explicou-nos que na Secretaria da Educação, neste primeiro trimestre, tem-se investido na organização e qualificação do trabalho e dos trabalhadores - na separação e limitação das demandas do Busca-Ativa, em capacitações dos setores administrativos, bem como nas capacitações de diretores e professores. Diante do discurso, sugeriu que convidemos pessoalmente outros setores a compor este Comitê, via protocolo em expediente, ou outra forma que implique no conhecimento do chefe da pasta, como por exemplo, a Diretoria Regional de Ensino (DRE) na equipe do Conviva. Antônio lembrou que no passado o promotor Reinaldo já havia colocado a participação da DRE como dever a ser cobrado pelo Ministério Público. Antônio sugeriu uma solenidade em que se apresente o papel e a importância deste Comitê. Rosângela pontuou que não se esqueça da Coordenadoria da 1ª Infância.

Conclusões: (a) CMDCA disparar convites aos representantes para participação nas reuniões ordinárias do comitê; (b) solicitar solenidade pública de formalização do Comitê e de suas representações, convidando toda a rede, secretarias e a prefeita. Rosângela trouxe a pauta 2 – do procedimento utilizado nos atestados médicos quando ocorre o afastamento da criança ou do adolescente, como atestados médicos sem prazo determinado, ou retroativos, apresentados depois de meses sem qualquer justificativa das faltas para a escola, têm levado alunos à condição de abandono escolar segundo o sistema de registro de informações do escolar, o que por sua vez acarreta incondicionalidades ao Programa Bolsa Família. Além de não se proporcionar ao aluno a *Compensação de Ausências e de Conteúdo*, condição de Atendimento Hospitalar ou Domiciliar. Miriam sugeriu que se estabeleça um prazo de validade para os atestados. Concluiu-se por: (a) convocarmos reunião entre os setores de Educação, Saúde e representante do Conselho Tutelar, a fim de

alinharem-se sobre a questão; sugerimos, nessa oportunidade, que os setores envolvidos circulem normativa para orientar profissionais de saúde e diretores de escolas, inclusive serviços do setor privado, sobre a emissão de atestado médico para fins de afastamento de crianças e adolescentes, sem que ocorra o prejuízo nas Normas Legais da Educação. Pauta 2 - Rosângela apresentou documento, que já faz parte das ações do Guia Preventivo e Orientador Busca Ativa Escolar, que Ana e Miriam sugeriram chamarmos de **“Ficha de Encaminhamento para Pronto Atendimento Emergencial”**. O instrumental já é utilizado por creches (0 à 3 anos), Municipais e Subvencionadas desde junho de 2024, no lançamento do Guia para a Rede. Como o documento foi realizado em reunião no Comitê em conjunto a enfermeira Cristina e Dra Sabrina, como instrumental de encaminhamento nos casos de suspeita de violência sexual para os serviços de pronto atendimento infantil, Rosângela solicita a atualização do mesmo e a formalização na rede de saúde, para apenas este fim e idade. Concluiu-se: (a) convocar reunião entre a Rosângela, representante da Educação, a Dra Sabrina e Cristina para o alinhamento do documento bem como as prevenções do sigilo neste constante. Pauta 3 – Paola sugeriu capacitação do Conselho Tutelar sobre suas atribuições para a rede de proteção, que apresentaria dificuldades nesse entendimento. Justificou-se contando equívocos acontecidos em seu cotidiano de trabalho. Rosângela reforçou a importância de se enfatizar sobre a comunicação das unidades escolares municipais e os Conselhos Tutelares, no que diz respeito ao Busca Ativa Escolar e seu fluxo diante do Guia, sendo este orientado a ser realizado exclusivamente via 1DOC, exemplificando com ações positivas de suas práticas. Lembrou ainda que esta comunicação foi amplamente discutida no Comitê antes mesmo do lançamento do Guia, bem como as questões que nele implicam sobre o sigilo. Cláudia acrescentou a necessidade de que se formalizem canais oficiais de comunicação com o Conselho Tutelar, Rosângela enfatizou novamente o já explicado no que se refere à SME. Elaine comentou sobre problemas com diretores das escolas municipais sobre o papel do Conselho Tutelar. Antônio reforçou a fala das colegas lembrando que a Educação tem histórico de não participar de formações que amenizariam tais problemas. As conselheiras comentaram que em Jundiapéba os diretores estiveram presentes na última reunião intersetorial do território. Paola discursou sobre a ocorrência de situações em que é sabido que algumas escolas do Território de Jundiapéba encaminham situações/ocorrências a determinado (a) conselheiro (a) ser o referenciado como conselheiro (a) da sua unidade escolar o que não é cabível tal escolha, o mesmo sendo acometido nas ligações das escolas para consulta se referindo ao nome do conselheiro como sendo o conselheiro da sua unidade escolar. Fala esta em concordância às conselheiras tutelares presentes. Rosângela se manifesta no sentido de apresentar a situação à Chefe da DLNR para que internamente possamos orientar as unidades escolares quanto à ação equivocada e sem conhecimento da SME. Quanto à questão de capacitações dos gestores, a representante da educação apresentará a

observação do Antônio para a resposta adequada, uma que ela informa que nos dias 03 e 04 de abril as unidades escolares subvencionadas obtiveram capacitação e orientações do DLNR e Busca Ativa acerca das recomendações jurídicas e fluxos constantes na legislação educacional e no que pauta o Guia do Busca Ativa, para além dos setores outras orientações e capacitações foram discutidas no dia, contudo irá manter com o procedimento de apresentar a queixa trazida no Comitê. Concluimos que: (a) o Comitê organize um evento, como um Encontro Municipal da Rede de Proteção Social da Criança e do Adolescente, em que se apresente - o Comitê, seu histórico e seu trabalho até o momento; o Guia e o Passo a Passo com a participação do Conselho Tutelar, sobre suas atribuições e seu papel na proteção de crianças e adolescentes; (b) que as conselheiras possam contribuir com a formação continuada junto à rede intersetorial, com o mesmo objetivo de se alinharem à rede quanto a suas atribuições, em espaços territoriais de articulação e troca de saberes, como os Grupos Intersetoriais Locais, por exemplo; (c) que o Comitê resgate plano antigo de construir outro evento de formação da rede sobre a revelação espontânea e a escuta especializada. Pauta 4 – A conselheira Elaine pede a palavra e solicita explicações sobre do Instrumental ter sido aprovado pelo Comitê, para aprovação e deliberação do CMDCA, “pois o documento já está em posse deles para a comissão aprovar. Em reuniões anteriores o instrumental estava em apreciação para alterações e sugestões as quais foram encaminhadas para este grupo, porém houve a questão também de que a Saúde não faria preenchimento deste Instrumental. O que ficou decidido sobre a saúde? Não irão preencher! O que cabe ao Conselho Tutelar preencher? Somente a parte que está destinado a ele!”. Diante do questionamento e do retorno apresentado, Rosângela encerra a pauta reforçando sobre a importância do conselheiro, que representa o território, nos dias após reunião do CGC, estarem repassando para os demais conselheiros o discutido, principalmente no que diz respeito aos Fluxos e Documentos apresentados no Grupo do Whatsapp. Aproveitou o momento para esclarecer com os membros do Comitê sobre o termo "titular" e "suplente", usado pelos conselheiros, no seu entendimento, refere-se a organização entre os conselheiros e não ao reordenamento do Comitê, neste momento, questionamento confirmado com os membros do CGC. Pauta 5 – Miriam questionou sobre os encaminhamentos em relação à capacitação sobre escuta especializada. Explicamos das resoluções da última reunião ordinária do CMDCA, este Comitê representado por Ana Maria, Carolina e Karina. Ana argumentou apresentando a crescente demanda municipal de enfrentamento à violência e leu o ofício deste comitê remetido ao Conselho, manifestando-se na defesa de que o Fundo Municipal custeasse tal capacitação para a rede. Foi então decidido pelos conselheiros que se destinasse da parte do Fundo destinada à capacitação do sistema de garantia de direitos até 60 mil reais para a capacitação, uma vez que o orçamento mais caro apresentado no ano passado foi de R\$ 51 (cinquenta e um mil reais), para 55 participantes. Expliquei-me que, uma vez vencidos os prazos de validade dos orçamentos de 2024, foi

necessário refazê-los. Apenas um prestador desse serviço apresentou proposta, orçando formação específica nas condições requeridas pelo município, estabelecidas em Termo de Referência (já apresentado em 2024, apenas atualizado). A negociação final foi estabelecida no valor de R\$ 31.000 (trinta e um mil reais), para 60 participantes, na modalidade presencial, registrada em ofício pelo Neca (Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente) e encaminhado ao CMDCA para as providências. Concluiu-se: (a) retomar as discussões anteriores do Comitê sobre a indicação estratégica dos participantes na capacitação, com o objetivo de fortalecer a rede. Encaminhamentos: Antônio sugeriu a presença de representantes deste Comitê em reunião com promotor de justiça, já agendada para a próxima 5ª feira, às 14h no Fórum, quando se poderá tratar da participação da Educação Estadual na composição deste Comitê e da oferta da escuta especializada. Eu, Karina Sobral de Melo, redigi esta ata e me comprometo a compartilhar com os representantes do Comitê para ciência e contribuição, para então encaminhá-la para publicação. Sem mais.